

Qui, 19 de Janeiro de 2012.  
08:55:00.

**BLOG DO ZÉ | NOTÍCIAS**  
ANCINE | AGÊNCIA NACIONAL DE CINEMA

## ANCINE avança na regulação da TV paga

Ponto para a Agência Nacional do **Cinema** (ANCINE). Num dia histórico, ontem, o órgão, que é o responsável pela definição dos critérios e fiscalização de toda a parte de conteúdo do novo Serviço de Acesso Condicionado (SEAC) relativo à **TV por assinatura**, aprovou a Instrução Normativa Geral relativa ao novo serviço relativo, que irá a consulta pública.

Com a instrução ficará determinado, preto no branco, o que é considerado horário nobre, como as empresas têm que cumprir as cotas de exibição de conteúdo nacional e como as informações devem ser divulgadas.

A norma define o que é produtor independente e isso é fundamental para efeito do cumprimento da cota de conteúdo independente, prevista na Lei. No caso, ele deve deter o poder dirigente sobre a obra. O portal Telesíntese, especializado em telecomunicações, explica o que isso significa: “que quem compra conteúdo de terceiros, passando a ter os direitos de propriedade sobre a obra, não será considerado produtor independente mesmo que a obra seja brasileira”.

Embora o regulamento defina a posição da ANCINE sobre limite de publicidade, critérios de reprise ou sobre como será feita a compensação parcial ou integral do cumprimento de cotas, o assunto ainda será alvo de muito pano para a manga em consulta pública.

### Mais definições ficaram para amanhã

Amanhã novas regras devem ser definidas. Dizem respeito, especificamente, ao credenciamento. E terão impacto no mercado. De acordo com o portal Telesíntese, embora acionista da Net Serviços, operadora de telecomunicações, a Globosat quer continuar exercendo o papel de programadora. Como a Lei estabelece que quem distribui (a operadora de TV paga, caso da Net) não pode ser produtora nem programadora, a Globosat reivindica que não seja considerada coligada da Net. Para a Globosat ser atendida em seu pleito, a ANCINE teria de adotar o conceito de coligação da Lei das S/A.

Mas também está na mesa a Lei Geral de Telecomunicações, que tem uma regulação mais estrita do que é coligação. O assunto promete. Vamos acompanhar.

